

Políticas Públicas e o Ingresso de Estudantes com Deficiência na Educação Superior no Brasil e Argentina

Patrice Marques dos Anjos

112ª Defesa:

20 de maio de 2019

Membros da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Sonia Maria Ribeiro (Orientadora/UNIVILLE)

Profa. Dra. Tania Mara Zancanaro Pieczkowski (UNOCHAPECÓ)

Profa. Dra. Marialva Linda Moog Pinto (UNIVILLE)

RESUMO

A presente pesquisa, vinculada à linha de Pesquisa Trabalho e Formação Docente, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE teve por objetivo geral compreender como ocorre o ingresso de estudantes com deficiência na Educação Superior no Brasil e na Argentina considerando as políticas públicas educacionais desenvolvidas por estes países. Para tanto, o estudo pautou-se em uma abordagem qualitativa, tendo como base epistêmico-metodológica o materialismo histórico e caracterizando-se como estudo do tipo documental. A análise fundamentou-se em Bardin (1997) e consubstanciou-se em 3 categorias: Políticas Públicas, Inclusão na Educação Superior e Ingresso dos Estudantes com Deficiência na Educação Superior. No referencial teórico discutiu-se acerca dos conceitos de Políticas Públicas e os atores que influenciam em seu desenvolvimento, destacando alguns referenciais teóricos desta fase (SOUZA, 2006; SECHI, 2013; FONSECA, 2013; MOLINA, 2012; SOARES, 2009; LIBÂNEO et al, 2017; CHAUI, 1999; OLIVEIRA, 2009; MOTA JR, 2014; FRIGOTTO, 2011; ZELAYA, 2016; SANTOS, 2005; AUPETIT 2002; FANELLI, 1999; BATISTA, 2012). Na sequência abordou-se a evolução da Educação Superior no Brasil e Argentina, a Inclusão do Estudantes com Deficiência na Educação Superior e ao final as formas de Ingresso na Educação Superior por estes estudantes, destacando como aporte teórico (CANO, 1985; BEECH, 2009; CASTRO, 2007; PAULA, 2009; MOLLIS, 2008, VANNUCHI, 2004; BITTENCOURT, 2014; RABOSSI, 2013; CIANTELLE ET AL, 2016; MOREIRA, 2012; CONCEIÇÃO, 2017; ROSSITO, 2010), entre outros. A análise permitiu destacar que as políticas públicas desenvolvidas para atender os estudantes com deficiência na Educação Superior passaram a ter maior ênfase a partir da ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por parte do Brasil e Argentina. Verificou-se a forte influência de organismos internacionais no desenvolvimento das políticas educacionais com o consentimento dos poderes constituídos que a ela se submetem e a dinâmica da Educação Superior, a qual apresenta um aspecto mais democrático na Argentina se comparada ao Brasil, levando em conta o caráter público e universal deste nível de ensino naquele país. Constatou-se um caráter mercantilizado da educação superior e, ainda, que em ambos os países o Ingresso dos Estudantes com Deficiência na Educação Superior não depende unicamente de Políticas Públicas e legislações pertinentes ao tema uma vez que somente isso não tem assegurado a entrada e permanência destes alunos na universidade.

Palavras Chave: Políticas Públicas. Educação Especial. Estudantes com Deficiência. Educação Superior.